

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

SUAS EXCELÊNCIAS*

Padre José Severiano de REZENDE

Nada melhor define o regime atual que o seu deputado e o seu senador, representantes do povo que não representam povo nenhum, delegados e embaixadores de um eleitorado que não os conhece, que não entrou em relação de espécie alguma com eles e que portanto de modo nenhum os elegeu. É interessantíssima a psicologia dessa atarantada e desarregimentada matula de títeres alacres, palhaçada garrula e grulha a fazer piruetas e a dar cambalhotas na feira parlamentar.

O nosso parlamento é uma arena de circo e um palco de teatro. A fantochada obtusa e amorfa que ali se desengonça forma o mais fantástico e incongruente “guignol” que podia criar num país a pantomima política. Toda essa escovada súcia de bonecos, que para o piquenique anual se aduna, esperneia e gesticula visivelmente ao nuto bambo dos

(*) O artigo aqui reproduzido, publicado originalmente em jornal do Rio de Janeiro, em 1907, serve bem para exemplificar o temperamento impetuoso e fortemente polêmico e ainda o espírito revoltado de um monarquista apaixonado, traços que caracterizam seu autor. Natural de Mariana, onde nasceu a 21 de janeiro de 1871, iniciou curso jurídico na Faculdade de São Paulo, mas não concluiu por ter se envolvido em conflito originado pelo afastamento, por ordem do governo federal, de um professor acusado de continuar monarquista em plena República. Despertando-se-lhe a vocação religiosa, retornou à sua terra natal a fim de ingressar no Seminário. Ordenou-se a 18 de dezembro de 1897. Pouco tempo ficou como sacerdote, devido ao seu temperamento sempre revoltado. Viveu seus últimos anos em Paris, onde faleceu a 14 de novembro de 1931. Excelente poeta, foi considerado, depois de Alphonsus de Guimaraens, a maior figura só simbolismo em Minas Gerais.

O “velho recorte” que desta vez apresentamos, devemos-lo à gentileza do Professor Wilson José Carità, da cidade de Limeira. Algum leitor poderá ver nele muita coisa aplicável à vida política dos nossos dias. Não foi com essa intenção que o transcrevemos. Mas... as coincidências são inevitáveis...

filandrosos cordéis da politicagem vazia. E a inconsciência dessa marionetada túrbida, assumindo legislatórias poses e discutindo solenemente burlas, espanta. Essa cambulhada incólume de parlapatões imunes sai das capitais das províncias, dos arraiais e dos matos, das cidaditas do interior, onde são gênios e são trunfos, isto é, onde são nulidades tesas, e vem surdir aqui na rua do Ouvidor, onde uns, ridiculizados pela chufa das gazetas e outros, sancionados eminências pela zumbaia magra dos repórteres, passeiam os seus cocos ou as sua cartolas, os seus fraques ou as suas rabonas, na exibição desornamental de suas vacuidades sôfregas. Mas essa multifária e desagregada grei não tem um ideal que as irmane ou que os reúna. Eles não têm, nem querem ter, ainda que mínima, a noção do que seja uma pátria ou do que seja um povo. É verdade que nós não temos mais pátria, porque não temos mais povo, a este país, destinado entre os mais, nestas merídias plagas, a ser o único original e forte, amesquinhou-se, nestes tredos e torvos anos da república, ao nível das nações bastardas e aventureiras, sem tradições e sem aspirações, federal continente baldio que uns peralvilhos nédios e astutos feudalizaram para seu uso e usufruto.

O Brasil é uma terra governada por um bando ávido e ladino de ciganos discriçionários, que tomaram conta disto num momento de inesperada fortuna, abusando calmamente da impersonalidade inerte de um povo que perdeu o brio e o caráter, isto é, o sentimento da sua missão política e da sua existência histórica. O confuso e acerbo Aristides Lobo resumiu sem querer esse pensamento, quando escreveu que o povo assistiu bestialmente à proclamação da república. Aliás, um povo analfabeto e que sem reagir se deixa conservar no seu analfabetismo merecia o jugo de tais governanças legisladoras da tirania. Porque o regime atual não é senão a plenitude hipócrita de uma perfeita tirania. Não há pior tirania do que a que se alaparda com a opa sacrossanta da legalidade, e não é necessário ser um Barba-Azul ou um Francia para merecer o nome de tirano. Os governos atuais definem-se com a definição de Santo Tomás, que, no **De regimine principum**, diz: “Tyranni enim proprietas est propriam et solam sui utilitatem et commoditatem quaerere”. O que faz o tirano é a preocupação exclusiva da sua própria utilidade e comodidade. Quem se preocupa com os seus próprios interesses não pode zelar os do povo, e o regime tirânico é, ainda no ensino de Santo Tomás, o que acarreta onus e incômodo para o povo.

“Tyrannium regimen, qui non ordinatur nisi ad onus et molestiam subditorum”. E toda a existência da nossa república se resume nessa ascensão aos galarins de um grupo numeroso de sibaritas seletos, que governam sem tino, sem tato e sem zelo, em detrimento constante e crescente de toda uma nação que labuta e que trabalha para ser perpetuamente roubada pelas garras tentaculares do extorcionismo legal.

A deputalha que, nesta data, se alvoroça, revoada farfalhante de urubus sobre esta imensa podridão brasileira, compõe-se, positivamente, de formigantes e corvejantes inconsciências que deblateram e perambulam, corporizadas nesses ilustres desconhecidos que as capoeiras, os matagais, as serras, os sertões nos exportam. São sujeitos sem educação nem política nem social. Representantes do preconceito eleitoral, que é o sufrágio universal da abstenção, da ata falsa, da fraude, do conluio, da intriga, do mexerico, da protérvia, da malvérsia, eles não têm mandato algum do povo.

Eles têm tanto direito de legislar como o presidente da república o tem de governar. Nunca foram eleitos, nenhum eleitorado lhes cometeu a incumbência de nos fabricar vexames, e o que eles, no Senado ou na Câmara fazem, é obedecer à utopia que os faz viver, é dar corpo e vida à fantasia, sem a qual lhes seria precária e mesquinha a existência de meliantes, que o trabalho ou o estudo apavoram. São os grandes profissionais do patriotismo, que negociam com a pátria, a complacência marafona, com o cinismo que noutra gênero de lenocínio celebrizou Monsieur Alphonse.

Eu desafio o patriota sagaz que me citasse uma lei sábia, próspera, que tivesse saído nalgum raro momento dos nossos conclaves legislativos, depois que a república deu início, a datar da Constituinte, a essas remessas lorpas de revolteantes país da pátria, que a nação não conhece e que a nossa imperdoável pachorra suporta. Os anais parlamentares da república são ociosos, e dizem bem, no inane palavrório que os avoluma, a atividade às avessas desses lêmures que têm passado pela Cadeia Velha ou pelo solar do Conde dos Arcos a farnientizar balordamente à custa do povo, na avareza sórdida e repelente do seu inalienável e indismontável egoísmo.

Nesta época em que o individualismo é uma afirmação e em que o homem vale pelo que pessoalmente patenteia de força própria, intelectual ou moral, é revoltante ver que sem revolta todo um país assiste à madraçaria coletiva de uns tantos mandriões privilegiados de que ninguém conhece os méritos e de que todos nós ignoramos as credenciais! Não me venham citar este ou aquele talento parlamentar, porque eu nego talento ao malabarista partidário que borda uma perlanga em defesa de um patrão e recuso intelectualidade a quem se escraviza a uma ilusão. O deputado ou o senador atuais representam o país por auto-sugestão e esses hipnotizados pelos Driesdler e pelos Ricci di Sant'Agosstino das eleições não são individualidades, são fantasmas e são sombras, diferentes das outras sombras e fantasmas, porque têm dentes, estômago e barriga. Mas a posteridade, dessas larvas famintas nada guardará senão uma anatematizadora recordação vaga.

O que faz o homem político não existe na república, e quando os jornais fazem de um James Darcy um orador elegante e de um David Campista um folhetinista e um esteta, eu aprendo como, nesta fecunda terra galardoadora de nulos, se fabricam, com quatro penadas, insuportáveis pedantes. É assim que um telegrama às vezes faz de um franzino bacharelete uma sumidade instantânea e um cronista da câmara transforma do dia para a noite um jagunço das brenhas em emérito estadista - e os túmidos pagodes que se acreditam eleitos pelo povo não têm dificuldade em acreditar na sua promoção repentina a grandes homens.

O ano passado, por exemplo, a câmara, parece incrível, pendia da pena insulsa de um reles borrador de almoço, o Chilon Chilonides do nosso jornalismo, a quem em São Paulo o sr. Valois de Castro ofereceu um banquete como um suave meio de lhe evitar remoques. Esse croniqueiro parlamentar, no qual os leitores reconheceram já o italiano Cataruzza, era o terror da deputança novata e veterana, e muita vez, em plena sessão, deputados respondiam a apartes que o ousado plumitivo lhes enviava, ou vinham submissamente dar-lhe explicações, quando as não davam da própria tribuna de onde falavam. No senado, a que a ancianidade tábida de alguns macróbios não consegue dar circunspeção, as celebridades que lá se acoitam conservam o mesmo culto da imprensa que os faz populares, ainda mesmo que essa

popularidade seja a de D. Pompônio e do Coronel Douglas - "o yess!" - da "Dona Juanita".

As sessões vão começar. Suas excelências chegam aos poucos. As excelências que se deixaram ficar no Rio alvoroçam-se. As que se fizeram à vela para o além-mar virão chegando mais lentamente. O homem de Santa Bárbara, num afã que o estrompa, prepara a mensagem com que dará, aos seus bonecos de corda, o alamiré inicial. Palavras belas já se agitam no ar... "Lavoura... imigração... viação... instrução..." A politicagem promete despertar as atenções; o sr. Pinheiro Machado, que na sua viagem ao sul viu a ruína do seu bloco, vem, com grudes novos, remendar a peça; São Paulo, Rio Grande, Bahia agitam-se na efervescência dos interesses que grunhem e grasnam; há problemas a resolver, ha desastres a evitar, há abusos a corrigir, há contingências a equilibrar, e a grande ficção vai movimentar as suas polias e as suas engrenagens que se emaranham e se embaraçam.

E o povo, que terá o povo? Deputados e senadores não foram eleitos pelo povo e, talvez coerentes uma só vez e num único ponto, não se julgam obrigados a fazer pela grande Vítima um arranco de zelo benévolo e benfazejo. Que relação têm eles com esse elemento quase abstrato e intangível com que não lidam e de cujas necessidades estão distanciados, planando alto, onde não ecoam as lamúrias dos que, na árdua penúria do seu labor, batalham para viver?

O povo! Na república o povo não existe, porque não existe nem a pátria - nem a longinqua noção do bem, da justiça, do direito, da verdade. Senadores e deputados deixam volver e revolver os anos, sem que se veja o vestígio do que fizeram. O Parlamento é a grande sinecura feita para os grandes egoístas e onde o interesse de cada um troneia; as leis são, umas, obra do capricho, outras da vaidade, outras da ambição, todas da inconsciente incompetência e da incompetência inconsciente de uma coleção de seres que uma ilusão domina e um preconceito rege - a ilusão de um mandato que não lhes foi confiado, porque o povo não vota e não há eleições, e preconceito de um regime político que o país rejeita pela tácita greve com que suporta males impossíveis de remediar, assistindo, na resignação impassível dos covardes, à tragicomédia que todos os anos nos tablados parlamentares representam os nobres representantes da nação, suas excelências os srs. senadores e deputados.